

Militância Feminina na Paraíba: movimento de mulheres trabalhadoras e movimento de mulheres trabalhadoras do Brejo no período entre 1980 aos dias atuais**Female militancy in Paraíba: movement of women workers and movement of women workers of the swamp in the period between 1980 and the current days**

DOI:10.34117/bjdv6n12-086

Recebimento dos originais:08/11/2020

Aceitação para publicação:05/12/2020

Janaína Vicente da Silva

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

E-mail:jane_vsilva@hotmail.com

Laianny Cordeiro Silva de Souza

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

E-mail:laiannysouza12@gmail.com

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

E-mail:gabriellamgff94@gmail.com

RESUMO

No decorrer deste artigo, trataremos, brevemente, sobre o feminismo na Paraíba, enquanto meio contribuinte para o surgimento de novos espaços referentes à sociedade civil. Assim como, utilizaremos a escrita para registrar particularidades sobre a militância de mulheres em dois movimentos sociais que surgiram no período de 1980 na Paraíba: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMB). Para tanto, recorreremos, de forma significativa, aos trabalhos de Emmy Lyra (2009 e 2012), Ana Paula Romão de Souza Ferreira (2008), dentre outros autores. E, ainda, a entrevista da feminista e repentista violeira, Maria da Soledade Leite, concedida para o projeto de pesquisa Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29 de junho de 2014. E, a entrevista concedida pela sindicalista Luzia Soares Ferreira, no dia 13 de janeiro de 2015, para o mesmo projeto de pesquisa. Dialogaremos, também, acerca do embasamento teórico que trata sobre as experiências, os narradores e os registros da escrita; elementos estes presentes em textos de Walter Benjamin (1994), E. P. Thompson (1981) e outros cujos discursos se entrelaçam e, com empenho, selecionamos. Os dois movimentos sociais (MMT e MMB) foram escolhidos como objeto de nossa análise devido ao fato de buscarem desenvolver nas mulheres paraibanas uma conscientização política e de direitos que, na maioria dos casos, elas desconheciam, tamanha era a alienação que o ambiente patriarcal e machista proporcionava para elas. Sendo que, em alguns casos, essa alienação ainda persiste; motivando, na atualidade, intensificação das atividades dos movimentos sociais direcionados para as mulheres buscando conscientização e direitos. A consignação da história destes movimentos sociais citados acima, por sua vez, fez-se necessária neste texto, e ainda, será preciso registrar e debater em muitos

outros espaços, em face de motivos diversos, especialmente, podemos citar o fato de que a divulgação sobre as expressivas atividades desenvolvidas por estes movimentos, ainda, encontra-se, significativamente, tímida. Buscamos, portanto, minimizar as lacunas que, ainda, persistem sobre estes temas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Movimento FeministaL, Direitos.

ABSTRACT

In the course of this article, we will deal briefly with feminism in Paraíba, as a means of contributing to the emergence of new spaces related to civil society. As well, we will use the writing to register particularities about the militancy of women in two social movements that appeared in the period of 1980 in Paraíba: the Movement of Women Workers (MMT) and the Movement of Women Workers of the Brejo (MMB). To this end, we made significant use of the work of Emmy Lyra (2009 and 2012), Ana Paula Romão de Souza Ferreira (2008), among other authors. And, also, the interview of the feminist and violent repentista, Maria da Soledade Leite, granted for the research project Paraíba: women, memories and civil-military dictatorship, under the coordination of professor Susel Oliveira da Rosa, on June 29, 2014. And, the interview granted by the unionist Luzia Soares Ferreira, on January 13, 2015, for the same research project. We will also talk about the theoretical basis that deals with the experiences, the narrators and the records of writing; elements that are present in texts by Walter Benjamin (1994), E. P. Thompson (1981) and others whose discourses are intertwined and, with commitment, we select. The two social movements (MMT and MMB) were chosen as the object of our analysis because they sought to develop a political and rights consciousness in the women of Paraíba that, in most cases, they were unaware of, such was the alienation that the patriarchal and macho environment provided for them. In some cases, this alienation still persists; motivating, nowadays, intensification of the activities of social movements directed to women seeking awareness and rights. The consignment of the history of these social movements mentioned above, in turn, was necessary in this text, and yet, it will be necessary to register and debate in many other spaces, due to diverse reasons, especially, we can cite the fact that the disclosure about the expressive activities developed by these movements, is still significantly shy. Therefore, we seek to minimize the gaps that still persist on these issues.

Keywords: Social Movements, Feminist MovementL, Rights.

1 INTRODUÇÃO

De início, frisamos que as mulheres estiveram presentes nas lutas de resistências durante toda história, todavia, sua participação é silenciada nas narrativas historiográficas e, quando são citadas, na maioria das vezes, aparecem como coadjuvantes, pois, o discurso patriarcal reproduz a ideia de que o lugar da mulher está restrito ao espaço privado. E, como ressaltou Rosa (2013, p. 45),

sabemos que, em sociedades patriarcais como a nossa, o lugar das mulheres ao longo dos séculos, oficialmente, tem sido o espaço privado – o espaço doméstico da casa, da cozinha, do quarto etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo silêncio.

Vale lembrar que o movimento de resistência feminina das trabalhadoras rurais na Paraíba, tinha, também, a finalidade de pôr fim aos abusos dos latifundiários que, não só desrespeitavam os direitos trabalhistas, como também, perseguiram e, em muitos casos, matavam os líderes desses movimentos, dos quais é possível citar o homicídio contra Pedro Teixeira¹ e Margarida Alves², dentre outros. Com o Golpe Civil-Militar no Brasil em 1964³, esses abusos intensificaram-se, causando repressão ainda mais intensa.

E é contrariando essa perspectiva patriarcal que designa o lugar das mulheres reservado ao lar e aos cuidados de sua família que algumas mulheres que estavam à frente da luta pelos direitos do(a)s trabalhadores(as) rurais, já naquela época, começaram a questionar sobre a ausência do público feminino nas reuniões dos sindicatos, tendo em vista que, as mesmas, também, eram associadas e deveriam ter os mesmos direitos de voz dos seus maridos. Todavia, o preconceito, que considerava a mulher um ser inferior, já fazia parte do cotidiano e muitas delas achavam que não precisavam estar presentes nas reuniões e, em alguns casos, as mulheres já nem se associavam aos sindicatos, pois, acreditavam que, sendo os maridos associados, já não eram necessárias as mesmas se associarem, dessa forma, eles as representavam.

Diante destes discursos machistas, algumas mulheres que estavam à frente desses movimentos de resistência começaram a se inquietar, inclusive, em relação à condição imposta sobre o lugar da mulher pela sociedade patriarcal. A partir desses questionamentos, mulheres como Maria da Penha do Nascimento Silva⁴, Maria da Soledade Leite⁵, Luzia Soares Ferreira⁶, dentre outras, decidiram criar os grupos do MMT e MMB com intuito de conscientizar as mulheres sobre seus direitos e, assim,

¹ João Pedro Teixeira nasceu em 4 de março de 1918, lutou contra o modo de trabalho imposto aos camponeses pelos latifundiários. Devido sua militância nas Ligas Camponesas foi morto no dia 2 de abril de 1962. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/962/697>> Acesso em: 05 de maio 2016.

² Líder sindical, que lutava pelos direitos do(a) trabalhador(a) rural. Durante o período em que esteve à frente do sindicato local de sua cidade (Alagoa Grande/PB), Margarida Alves foi morta na frente de sua casa no dia 12 de agosto de 1983.

³ Período em que o governo do Brasil foi tomado por militares (1964-1985). Esse governo foi marcado pela falta de expressão, perseguição, prisão e morte a todos que se levantassem contra esse governo ditatorial.

⁴ Trabalhadora rural, líder sindical brasileira, da cidade de Alagoa Grande – PB e militante fundadora do MMB/PB. Em parceria com Margarida Alves, Maria da Penha, lutou contra as impunidades e restrições dos direitos trabalhistas dos camponeses, impostas pelos latifundiários. Com a morte de Margarida Maria Alves, Penha não desistiu de lutar. Participou da criação da CUT/PB da qual também foi diretora. Falecendo no dia 08 de março de 1991. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9910/1/PDF%20-%20Jana%C3%ADna%20Vicente%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 09 de ago. 2016.

⁵ Repentista que desenvolve trabalhos voltados para o social e o político, especialmente, para a luta pela terra e a luta feminista. E que dentre as suas atuações juntamente com Margarida Alves e Maria da Penha do Nascimento, entre outras companheiras, foi, também, integrante do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB/PB) e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da cidade de Alagoa Grande (PB), assim como, continua atualmente fazendo parte do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT/PB), que encontra-se unificado com o MMB/PB.

⁶ Lutou ao lado de Penha e Soledade pela emancipação das mulheres do Brejo Paraibano. Luzia Ferreira no ano da entrevista concedida para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 13/01/2015 era a presidente do Sindicato Rural da cidade de Alagoa Grande (PB). E mesmo com dificuldades de levar a frente o Movimento de Mulheres Trabalhadoras continuava junto com outras mulheres lutando pelo fim das desigualdades e respeito dos direitos das mulheres paraibanas.

desconstruírem os discursos que as caracterizava como sendo restritas apenas ao ambiente privado doméstico. Em conformidade com Maria da Soledade, é “necessário por meio desses movimentos que mulheres passassem a ter formação, para que pudessem se sentir gente também e lutar pelos seus direitos”.⁷

Sendo importante salientar que os encontros do MMT e MMB foram de grande ajuda para as mulheres que estavam lutando pelos direitos trabalhistas e, no cerne desses movimentos de resistência, começaram a lutar, principalmente, por seus direitos enquanto mulheres. Em consonância com registros do arquivo de Luzia, participar desses encontros, “foi um grande enriquecimento. Passamos a conhecer melhor as lutas de cada categoria.”⁸

E, como enfatizou Emmy Duarte, a finalidade do MMB era

conscientizar a mulher que sua condição abaixo do homem não era algo natural, algo que significava uma lei da vida, mas sim uma condição imposta às mulheres por uma sociedade patriarcal e machista. (DUARTE, 2012, p. 16).

Levantando essa “bandeira” de conscientização, Maria da Soledade contribuiu e continua contribuindo com seus repentes na conscientização dos direitos das mulheres, frisando nos seus discursos que as mesmas não devem aceitar os discursos de inferiorização; ressaltando, por exemplo, em um de seus repentes que,

as mulheres do presente, não são mais a do passado, não fica em cima do muro olhando para cada lado sem ter direito de ver seu sonho realizado.

As mulheres do passado viviam sem opção, eram escrava do lar, da cozinha e do fogão, objetos de prazer dos desejos do machão.

Aprendemos dizer não para nossa outra metade e não baixar a cabeça perante a sociedade, porque a mulher não é de ninguém propriedade.⁹

Por muitos anos, as mulheres foram sinônimo de fragilidade e falta de inteligência e não poderiam se envolver em questões políticas, pois os padrões científicos caracterizaram, conforme Michelle Perrot, o “homem, com o cérebro, a inteligência, a razão e a capacidade de decisão; a mulher, com o coração, a sensibilidade e os sentimentos.” (PERROT, 1988, p. 179-180). Logo, seguindo essa perspectiva o apto para envolver-se com as questões políticas eram os homens.

E, nesta perspectiva de dominação e discriminação, a sindicalista Maria da Penha ressaltou:

⁷ Entrevista concedida por Maria da Soledade Leite para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014.

⁸ Mulheres do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo-PB. Arquivo pessoal de Luzia Ferreira.

⁹ A mulher consciente não aceita os domínios machistas de ninguém. CD: “Vozes que se misturam” vol. 2 cantoria de viola. Repentistas: Maria da Soledade e Minervina Ferreira.

a dominação e a discriminação, lamentavelmente, ainda estão presentes no cotidiano da prática política. Somos discriminadas pelo simples fato de que somos mulheres, porque temos um corpo diferente, porque parecemos pertencer a um mundo que não é “concreto”, como o masculino. As emoções, a sexualidade, a fantasia – aparentemente exclusivas do universo masculino – nos confinam a uma redoma de preconceitos difíceis de romper ou questionar. Não importa se somos negras ou brancas, pobres ou ricas, jovens ou idosas, nossa identidade parece estar sendo sempre definida por uma forma de ver o mundo que é essencialmente masculina. (SILVA et al, 1990, p. 16).

Mas, mesmo tendo de lidar com todos esses discursos patriarcais, as mulheres paraibanas não se deixaram abater: Maria da Penha e outras estavam à frente dos congressos reivindicando não só por melhorias trabalhistas, mas também, pelos direitos das mulheres. Em um dos congressos que Penha participou, segundo Ferreira (2006), foram abordados como principais reivindicações dos trabalhadores do campo,

a luta por um salário mínimo melhor que garantisse uma vida digna para o/a trabalhador/a e sua família, por um salário igual para trabalho de igual valor e pelo reconhecimento dos trabalhadores em sítios e chácaras como da categoria trabalhadora rural e não trabalhadores domésticos [...].

As proposições aprovadas em plenário defendiam alteração na legislação então em vigor, a fim de que fosse concedida, aos trabalhadores rurais, aposentadoria por velhice, aos 55 anos, quando homens, e aos 50 anos, quando mulher. E mais: que a aposentadoria por invalidez, o auxílio-funeral e a pensão por morte fossem concedidas à mulher ou companheira do trabalhador rural.

Inicia-se a luta em defesa do salário maternidade para as mulheres trabalhadoras camponesas. Essas proposições aparecem entre as reivindicações de auxílio-doença, salário-família, auxílio-reclusão. Aparece também a reivindicação de amparo à esposa ou companheira do trabalhador rural e seus filhos menores, desde que trabalhem em regime de economia familiar ou sob forma assalariada. (FERREIRA, 2006, p. 56-57 apud DUARTE, 2012, p. 15)

Maria da Penha tornou-se umas das principais representantes dos trabalhadores rurais na luta por melhorias trabalhistas citadas por Ferreira (2006). A luta de Maria da Penha não centrava apenas por melhorias trabalhistas, mas também, na emancipação das mulheres, pois, um dos motivos de criar o MMB foi bem descrito pela repentista Maria da Soledade,

a gente viu a opressão que existia contra a mulher, a mulher era aquela escravizada, mulher que só fazia o que o marido queria, vivia debaixo do jugo tanto do marido, dos filhos, como dos patrões.¹⁰

E é nesse viés de lutas por direitos para o feminino que continuaremos esta discussão, entretanto, antes de continuarmos direcionando nossos relatos, de modo mais específico, para estes

¹⁰ Entrevista concedida por Maria da Soledade Leite para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014.

movimentos sociais de mulheres trabalhadoras, vamos buscar compreender como se deu a abertura de novos espaços, na Paraíba, para que fosse possível a atuação de mulheres além do espaço privado do lar e do ambiente familiar.

2 UMA BREVE EXPLANAÇÃO DA CONJUNTURA DO MOVIMENTO FEMINISTA NA PARAÍBA DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS

De acordo com Rachel Joffily e Timothy Ireland, no texto *Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso* (1999), o Movimento Feminista da Paraíba, ou o que se refere às primeiras formações dele, realiza as suas primeiras atividades a partir do século XX com a participação das mulheres na política. Assim, em 1979, foi formado o *Grupo Feminista Maria Mulher*, apontado como a primeira organização das mulheres da Paraíba, pautando a violência contra a mulher e a saúde das mesmas que, nesse período, aparecem com ênfase nos movimentos feministas. Desde então, vão surgindo outros movimentos, como, em 1984, o *Grupo Raízes* e, em 1986, a *União de Mulheres de Cruz das Armas*.

Do século XX aos dias atuais, muitas foram as protagonistas desse processo de difusão do movimento feminista na Paraíba, como coloca o texto já citado acima de Rachel Joffily e Timothy Ireland (1999), que traz alguns nomes importantes, como Anayde Beiriz, considerada como intelectual que desempenhou papel de vanguarda na sociedade paraibana, no final da década de 1920. Destaca, também, Elizabeth Teixeira, que foi componente do Movimento das Ligas Camponesas do Nordeste (1961 a 1964) e Margarida Maria Alves que foi a personagem principal do movimento dos canaveiros, onde se lutava tanto pelo registro do contrato de trabalho na carteira de trabalho, quanto por melhores salários. Destarte, em consonância com Abath e Ireland (1999, p. 6), "Todas fazendo parte de uma herança que teve forte influência no movimento recente de mulheres."

Entretanto, são muitas as militantes que continuam anônimas para a historiografia. Mulheres estas detentoras do desejo de levar conscientização para outras mulheres no sentido de participação na democracia, lutar por saúde, emprego, contra a violência e contra a discriminação sofrida por elas.

O Movimento Feminista na Paraíba, portanto, movido por diversas integrantes, com o passar do tempo, foi se tornando palco de relevantes conquistas, assim como ocorreu com o Movimento Feminista Nacional, conforme, enfatizado no texto "*Os novos movimentos sociais na América Latina e no Brasil*", na obra *Estado, classe e movimento social* (2011) de Carlos Montaña e Maria L. Durigueto (2011) onde "existe no contexto atual uma diversidade de organizações, movimentos, sujeitos sociais, que pautam suas ações, demandas e lutas a partir de uma variada gama de temas e de questões." (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 284)

E, desse modo, como podemos observar, nessa citação acima, essas fragmentações na pauta do movimento feminista nacional ou paraibano tornaram-se palco de variados temas, como: movimentos pautados em igualdade de gênero, direitos específicos como a liberação do aborto, movimento das mulheres trabalhadoras e tantos outros.

Em conformidade com Santos (2011, p. 4),

Desse modo, compreende que feminismo é profundamente amplo e enraizado na sociedade, estendendo-se através das fronteiras de classe, raça ou localidade. Ou seja, o movimento feminista tem se aproximado das especificidades culturais e procurando questionar os tópicos relativos à posição da mulher na sociedade em questão.

Assim sendo, com suas articulações, contribuíram e contribuem para participação das mulheres na democracia, pela garantia e permanência dos seus direitos e por igualdade de oportunidades; tornando suas mobilizações diversificadas e que acabam por abordar temas que afetam a constituição da sociedade, dessa forma, o seu registro na história possibilita que cada geração possa como frisou Thompson (1981, p. 51),

fazer novas perguntas à evidência histórica, ou [...] trazer à luz novos níveis de evidência. Nesse sentido, a “história” (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social. Mas isso não significa absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada.

Portanto, devem-se observar as especificidades de cada situação. A história está sempre em movimento, devendo, pois, ser feita a análise deste movimento, ainda, de acordo com o registro de Thompson (1981, p. 51),

e embora possamos não fazer atribuições de valor aos processos, as mesmas objeções não surgem com a mesma força quando examinamos as opções dos indivíduos, cujos atos e intenções podem certamente ser julgados (como foram julgados pelos seus contemporâneos) dentro do devido e relevante contexto histórico.

O conhecimento histórico é provisório, incompleto e seletivo e, neste artigo, assim, como fez Benjamin nas suas obras onde propôs da voz aos vencidos, dispomo-nos a narrar, resumidamente, as trajetórias do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras, que, até este momento, foi citado, timidamente, na historiografia.

3 ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS (MMT) E DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DO BREJO (MMB)

Foto 1 - Relatório sobre os trabalhos do Movimento de Mulheres na Paraíba, 1986.



Fonte: Dados da pesquisa realizada para o projeto: Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, 2015.

Inicialmente, foi fundado, na cidade de Pirpirituba (PB) o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT). No geral, as atividades eram as seguintes, conforme Duarte (2009, p. 14):

elas proporcionavam palestras com entidades acadêmicas e representantes políticos como a CUT¹¹, FETAG¹², entre outros; havia reuniões semanais no STR¹³ Alagoa Grande, incentivando a participação das mulheres no meio sindical, tentando inserir-las no ambiente político e a retirando da alienação do ambiente familiar em que a rodeava.

Sendo tudo isso pensado no intuito de que, na participação de tais atividades, as mulheres pudessem compreender que a condição de inferioridade aos homens era algo que lhes era imposto por uma sociedade que tinha suas regras determinadas pelo patriarcalismo e machismo e, nessa imposição, não havia nada de natural.

¹¹ Sigla para Central Única dos Trabalhadores.

¹² Sigla para Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

¹³ Sigla para Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Foto 2 - Relatório sobre os trabalhos do Movimento de Mulheres na Paraíba, 1986.



Fonte: Dados da pesquisa realizada para o projeto: Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, 2015.

Nessa mesma época, desenvolvendo atividades que se alinhavam as desenvolvidas pelo MMT, de acordo com Emmy Lira (2009), surge o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo - MMB, no ano de 1981, na cidade de Alagoa Grande, na Paraíba,

como setor de mulheres da Pastoral Rural e se constituiu em 1985 como movimento autônomo, abrangendo no seu interior várias categorias de mulheres. O movimento possuía sua coordenação própria e tinha como objetivo promover uma maior participação da mulher no movimento popular e sindical e enfrentar os problemas específicos da mulher (relação homem/mulher, família, saúde da mulher, educação sexual, etc). (DUARTE, 2009, p. 14)

Notemos, pois, a partir da citação acima, que o MMB foi fundado através de um grupo que já era ligado a trabalhos na Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁴, onde podemos citar o nome da militante Maria da Penha, dentre outras companheiras, que sentiram a necessidade de haver uma conscientização política nas mulheres, sendo este, em conformidade com Duarte (2009, p. 14), “o primeiro passo para a compreensão emancipatória com as trabalhadoras na sociedade, que o MMB passou a focar com as mulheres na região do Brejo Paraibano”.

Foi observado por este grupo fundador do MMB que as mulheres, na sua maioria, não estavam presentes no sindicato rural e, quando havia alguma pronúnciação, esta partia dos homens. Desse modo, relata Maria da Soledade Leite numa entrevista citada por Ana Paula Romão de Souza Ferreira, que,

¹⁴ (...) o apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e às comunidades indígenas estavam pautadas na questão de que “a terra era um dom de Deus a todo homem”. (...) É nesta perspectiva que a Igreja, junto às pastorais populares iria trabalhar, legitimando a luta pela terra, sendo ela um meio para alcançar a terra prometida por Deus. (COELHO, 2012, p. 179 apud DUARTE, 2012, p. 8)

quando acontecia chegar uma ou duas mulheres, ficavam caladas, quando questionavam alguma coisa, os homens diziam que elas não tinham que falar. Então, a gente viu a necessidade e a preocupação que se tinha que se ter com esse movimento das mulheres para que essas mulheres passassem a ter formação, para que elas passassem a se sentir gente também e lutar pelos seus direitos, daí a gente fundou o MMB, em Alagoa Grande, que foi o Movimento de Mulheres do Brejo. (LEITE¹⁵ apud FERREIRA, 2008, p. 60)

Todavia, em pleno desenvolvimento de suas atividades, o MMB e MMT foram tomados pela trágica notícia da morte de Maria da Penha. Episódio este registrado por Maria da Soledade, que relata o seguinte “a Penha morreu no acidente automobilístico, ela e Elizabeth Lobo, houve sim comentários, suspeita que tenha sido atentado, mas nada foi provado.”¹⁶ Sendo citado mais adiante, no decorrer da entrevista, por Soledade, o nome de outras duas mulheres (Socorro Rangel e Lourdes Bandeira) que, também, estavam no carro quando aconteceu o acidente e que sobreviveram.

Portanto, continuando em mais um relato da Soledade, afirma que “infelizmente, depois da morte da Penha, a gente teve dificuldades e se juntamos ao MMT, e ainda hoje temos muitas dificuldades.” (LEITE¹⁷ apud FERREIRA, 2008, p. 60) Isto é, foi com a chegada da crise, principalmente, de recursos financeiros que veio com a morte da Penha que o MMB, segundo Duarte (2009, p. 15-16), “Uniu-se desde 1994 ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), ampliando seu leque de atuação para 9 municípios paraibanos.” Continuando, atualmente, com sua sede na cidade de Alagoa Grande. E lá desempenhando

um trabalho voltado para a educação das mulheres na perspectiva teórica feminista, objetivando a formação de quadro de militantes, contribuindo com a pesquisa desenvolvida, entre outros meios, através da história oral. (FERREIRA, 2006, p. 20 apud DUARTE, 2009, p. 16)

Trabalho, portanto, que pode ser contado por todas as integrantes do MMT, assumindo assim, o papel de narradoras das suas próprias histórias. Pois, de acordo com Benjamin (1994, p. 213) “Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia.”

Todavia, o que tem acontecido é que, ainda conforme Benjamin (1994, p. 205), “desaparece o dom de ouvir e desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas.” Sendo mostrado, nessa citação,

¹⁵ Entrevista com Maria da Soledade Leite, realizada em João Pessoa, no dia 10 de agosto de 2005 e divulgada por Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

¹⁶ Entrevista concedida por Maria da Soledade Leite para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014.

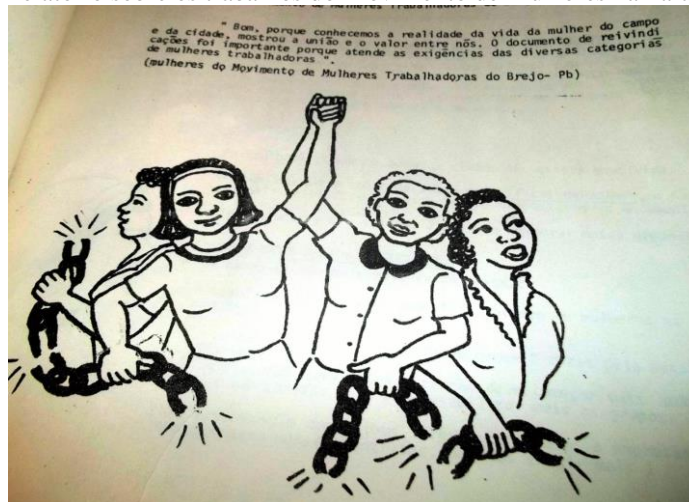
¹⁷ Entrevista com Maria da Soledade Leite, realizada em João Pessoa, no dia 10 de agosto de 2005 e divulgada por Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

o quanto é significativo os relatos das experiências dos outros para que as histórias não caiam no esquecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou o desenvolvimento do movimento feminista na Paraíba, com foco no MMT e MMB, o qual trouxe benefícios importantes em relação aos direitos das mulheres, bem como, a conscientização para a participação nos processos democráticos e não submissão das mesmas aos homens.

Foto 3 - Relatório sobre os trabalhos do Movimento de Mulheres na Paraíba, 1986.



Fonte: Dados da pesquisa realizada para o projeto: Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, 2015.

Portanto, é mostrada, com clareza, a importância desses movimentos para a permanência, garantia e efetivação de direitos das mulheres, expondo e repudiando a violência, a brutalidade, a falta de protagonismo que as mesmas sofreram e sofrem na sociedade.

O movimento feminista e as suas fragmentações educam as mulheres e buscam superar a alienação a que estas são expostas, possibilitando-as ser protagonista das suas próprias histórias, alertando-as sobre o quanto é importante a participação delas na sociedade e que nada as limitam de serem revolucionárias, sejam quais forem as suas lutas.

A partir das narrativas citadas fica em evidência a participação das mulheres paraibanas nas lutas de resistência, todavia, ainda, há muito pouco sobre as mesmas nas narrativas historiográficas, nessa perspectiva a História Oral tem permitido ao historiador conhecer as memórias destas mulheres que fazem parte como sujeito da história. E como enfatizou Silvia Salvatici,

as pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltaram a necessidade de um discurso público capaz de admitir e acolher as narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam ser reconhecidas e, ao mesmo tempo, elas próprias possam se reconhecer. A História oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas. (SALVATICI, 2005, p. 36 apud ROVAI, 2013, p. 30)

Sendo a partir da elaboração de mais narrativas sobre a participação destas e de outras mulheres, que será possibilitado a futura geração conhecer suas memórias, pois, em consonância com Hobsbawm (1995, p. 13),

quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.

Diante dos fatos abordados, evidenciamos a necessidade de mais e mais narrativas que abordem a luta das mulheres paraibanas, assim como lembra Rago:

a recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas um alargamento do próprio discurso historiográfico. (RAGO, 1995, apud ROSA, 2013, p. 112).

Valendo lembrar que nosso intuito não se trata de torná-las heroínas, nem de enaltecer as mulheres e inferiorizar os homens, mas de refletirmos o quanto as memórias de lutas dessas mulheres fizeram toda a diferença no Brejo paraibano, não podendo, pois, suas memórias ficarem no esquecimento.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffily; IRELAND, Timothy D. Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso, *Informação & Sociedade. Estudos*, João Pessoa - PB, v. 8, n. 1, p. 45-63, 1999. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/426/347>> Acesso em: 01 de Maio 2016.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUARTE, E. L. Mobilização política e relações de gênero no estado da Paraíba. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/downloadSuppFile/207/122>> Acesso em: 08 de Maio 2016.

DUARTE, E. L.; GARCIA, M. F. Mulheres trabalhadoras rurais em alagoa grande: gênero, movimento sindical e questão agrária no brejo paraibano. Niterói: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Emmy%20Lyra%20Duarte.pdf>> Acesso em: 01 de Maio 2016.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. Margarida, margaridas e a pedagogia do feminino: memória de lutas de Margarida Maria Alves (1933-1983). IN: CARVALHO, Marília Pinto de; PINTO, Regina Pahim (Orgs.). *Mulheres e desigualdades de gênero*. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/livros/mulheres_genero.pdf> Acesso em: 01 de Maio 2016.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria L. "Os novos movimentos sociais na América Latina e no Brasil". In: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria L. *Estado, classe e movimento social*. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social – Vol. 5. São Paulo: Cortes, 2011.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-1984). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 05, n. 10, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108/2867>>. Acesso em: 01 de Maio 2016.

SANTOS, Júcélia Bispo. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011. Disponível em:

<<http://docplayer.com.br/9478279-Novos-movimentos-sociais-feminismo-e-a-luta-pela-igualdade-de-genero.html>> Acesso em: 01 de Maio 2016.

SILVA, Maria da Penha Nascimento et al. Porque trabalhar com mulheres. Recife: [s.n.], 1990.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Monsanto, 1981.